

Rio prevê expansão anual de 4%

por Livia Ferrari
do Rio

O orçamento do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 1996 foi construído com base na expectativa de um crescimento econômico de 4% no próximo ano. Um percentual de expansão que permite ao secretário estadual de Fazenda, Edgard Rocha, projetar uma arrecadação bruta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da ordem de R\$ 6 bilhões. Em 1995, o recolhimento do ICMS, principal tributo, garantirá aos cofres do estado cerca de R\$ 4,5 bilhões. Isso representa uma média mensal de R\$ 400 milhões. Acima, portanto, dos R\$ 320 milhões mensais obtidos na média de 1994.

No acumulado dos primeiros dez meses de 1995, o estado já exibiu um incremento real de 5,3% na sua arrecadação tributária. O desempenho positivo é comemorado, principalmente considerando-se que, entre 1990 e 1994, a arrecadação do ICMS apresentou queda real de 17%.

Ainda assim, em 1995, a folha de salários representou cerca de 85% das receitas correntes líquidas do estado e mais de 100% das receitas do ICMS. A folha de pessoal, em razão das incorporações que ocorrem mensalmente, passou a ter um crescimento vegetativo acima de 2% mensais, eliminando todos os ganhos obtidos no aumento da arrecadação. "Somente há solução para este desequilíbrio via reforma administrativa", acreditam os especialistas do governo.

No entender dos especialistas, o crescimento se dará em quatro principais setores industriais, que respondem por quase 50% da arrecadação de tributos do estado fluminense: petroquímica, farmacêutica, bebidas e metalurgia. Todos eles com novos investimentos anunciados.

O orçamento geral do estado para 1996, aprovado pela Assembleia Legislativa há pouco mais de um mês, trabalha com a hipótese de equilíbrio entre receitas e despesas globais no montante de R\$ 13,636 bilhões. As receitas correntes do Tesouro estão estimadas em R\$ 7,984 bilhões, sendo R\$ 6,622 bilhões de receitas tributárias. As receitas de capital projetam R\$ 2,442 bilhões.

Embora os especialistas da Secretaria de Fazenda façam questão de afirmar que o nível de endividamento do estado "não é ruim", fontes da Seplan comparam, ironicamente, a situação financeira do estado com uma espécie de "casa da Barbie" — aparentemente linda e arrumada, mas com os encaunamentos furados.

Os reparos, no entanto, vêm sendo providenciados, através do processo de rolagem da dívida interna fundada do estado, que somava, na posição de outubro último, R\$ 6,5 bilhões. Desse total, R\$ 4,4 bilhões são dívidas mobiliárias (títulos públicos); R\$ 1,150 bilhão são débitos junto ao Banco do Brasil; R\$ 426 milhões com o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj); R\$ 136,2 milhões com a Caixa Econômica Federal (CEF); e R\$ 110 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Além disso, o estado tem uma dívida de R\$ 230 milhões com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (BD-Rio). Esse valor, contudo, será abatido da dívida do estado quando da liquidação do banco. ■